O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano V | Volume 15 | Nº 45 | Boa Vista | 2023

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.8352387

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

A PANDEMIA DA COVID-19
E SEUS REFLEXOS NO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Leoni Terezinha Wammes[1]

Marcos Roberto Pires Gregolin[2]

Miguel Ângelo Perondi[3]

Paulo Henrique de Oliveira[4]

Resumo

O estudo trata de questões relacionadas ao desenvolvimento, mais especificamente o humano, como forma de se contrapor à uma pura dimensão econômica. O contexto da análise acontece no momento da pandemia de COVID-19 e o objetivo é o de analisar os impactos da pandemia no desenvolvimento humano e na liberdade dos indivíduos. Trata-se, portanto, de uma proposição teórica que reúne as contribuições de Celso Furtado, Ignacy Sachs e Amartya Sen para a compreensão do desenvolvimento. Os resultados desta análise indicam que a pandemia de COVID-19 foi um gatilho para acentuar as crises econômicas e sociais, pois o próprio cenário mundial já se mostrava fragilizado, refletindo-se de forma negativa nos indicadores do IDH que retrocederam. Assim, conclui-se que a passagem desta pandemia tornou mais evidente o quadro de desigualdades sociais e econômicas, presentes ao se analisar o centro e as periferias do mundo, mas também as discrepâncias sociais presentes dentro dos próprios países, sejam eles, desenvolvidos ou em desenvolvimento.

Palavras-chave: COVID-19; Índice de Desenvolvimento Humano; Liberdades.

Abstract

This study analyzes the development, more specifically, the human dimension, as a way of opposing the economic dimension only. The context of the analysis takes place at the time of the COVID-19 pandemic and the objective is to analyze the impacts of the pandemic on human development and on the freedom of individuals. It is therefore a theoretical proposition brings contributions to understand of development from Celso Furtado, Ignacy Sachs and Amartya Sen. The results of this analysis indicate that the COVID-19 pandemic was a trigger to accentuate the economic and social crises, as the world scenario itself was already fragile, reflecting negatively on the HDI indicators that retreated. Thus, it is concluded that the passage of this pandemic has made the picture of social and economic inequalities more evident, present when analyzing the center and peripheries of the world, but also the social discrepancies present within the countries themselves, whether they are developed or in development.

Keywords: COVID-19; Human Development Index; Liberties.

[1] Assistente Social. Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: ninhaw7@gmail.com

[2] Professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: marcosgregolin@yahoo.com.br

[3] Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: miguelangeloperondi@gmail.com

[4] Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Doutor em Fitotecnia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: phenriqueoliveira@gmail.com

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento, entendido neste texto como um movimento, uma passagem que vai além da perspectiva do crescimento econômico, extrapolando unicamente a questão da renda, está pautado na combinação de aspectos qualitativos e quantitativos, implicando assim a partir da sua conquista na melhoria das condições de vida das populações.

O Índice de Desenvolvimento Humano busca mensurar o nível de desenvolvimento de um país em aspectos mais amplos do que somente a relação entre o produto interno bruto (PIB) e a população. Para tanto, é composto por três pilares e agrupa as dimensões longevidade, educação e renda.

Nosso estudo caracteriza-se como teórico descritivo e tem por objetivo analisar como a pandemia ocasionada pelo coronavírus, SARS-COV-2, responsável pela Doença do Coronavírus 2019 – COVID-19 (MARANHÃO; SENHORAS, 2020), impactou e/ou impactará no desenvolvimento, além de reverberar nos indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e consequentemente nas liberdades dos indivíduos. O percurso teórico metodológico realizado para atender os objetivos foi realizada uma pesquisa bibliográfica, caracterizando-se como teórico descritivo. Para discutir desenvolvimento fizemos uma imersão no referencial de Amartya Sen, Celso Furtado e Ignacy Sachs, além de outras fontes indiretas como livros, artigos científicos e publicações obtidas pela internet. O recorte metodológico foi de natureza qualitativa. As fontes primárias foram obtidas diretamente nos órgãos oficiais e as fontes secundárias mais relevantes foram notícias e reportagens nos sites da OMS, IBGE, IPEA. PNUD e UNICEF. As informações obtidas através da pesquisa bibliográfica formaram uma base que nos permitiu fazer análises sobre a pandemia da COVID-19, IDH e desenvolvimento.

Dessa forma, além da introdução e das considerações finais, o trabalho está organizado em quatro partes. Na primeira procuramos em linhas gerais abordar a origem e os dados sobre a COVID-19. Na segunda parte procuramos estabelecer um diálogo entre as perspectivas de desenvolvimento sustentadas por Amartya Sen, Celso Furtado e Ignacy Sachs. Na terceira parte, analisamos os reflexos da pandemia da COVID-19 nos indicadores do IDH. Na quarta parte provocamos os leitores a pensar de que forma as Liberdades foram tolhidas num contexto pandêmico.

Nas considerações finais argumentamos que a pandemia pode ter servido de gatilho para acentuar as crises sociais e econômicas, contudo o cenário mundial apontava que o ritmo de desenvolvimento global já se despontava fragilizado, impactando negativamente nos índices do IDH. Além disso, descortina as desigualdades estruturais e históricas vivenciadas por vários países.

PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO SOB A ÓTICA DE SACHS, FURTADO E SEN

Como já apresentado na parte introdutória, a perspectiva aqui adotada para o desenvolvimento vai além do crescimento econômico ultrapassando a questão da renda, considerando outros elementos qualitativos que implicam na melhoria das condições de vida das populações e de suas possibilidades de escolhas. Dessa forma, nos inspiramos em Ignacy Sachs, economista Polonês que fundamenta um debate de um novo paradigma de desenvolvimento, Celso Furtado, um dos economistas brasileiros mais importantes no debate sobre desenvolvimento e Amartya Sen, economista indiano, prêmio Nobel de economia e um dos idealizadores do IDH, para estabelecer um breve debate sobre as diferenças das concepções de crescimento econômico e de desenvolvimento que esses autores trazem.

A perspectiva do desenvolvimento procura centralizar o olhar para as pessoas, para as suas capacidades e para as oportunidades que a elas são disponibilizadas. Já a partir de uma concepção focada unicamente no crescimento econômico, o bem-estar de uma sociedade está vinculado somente aos recursos ou pela renda que por meio deles é possível obter. Embora a renda seja importante para o desenvolvimento, ela deve ser um meio e não um fim em si, na medida em que tratamos o econômico em favor da comunidade, da coletividade e não em benefícios de uma pequena parcela da população detentora dos meios de produção (GREGOLIN *et al*., 2020).

Em outros termos, o crescimento econômico é um estágio importante para se elevar a renda da sociedade, contudo é necessário também avançar com ações e resultados nos quais a renda não seja o único indicador a definir o desenvolvimento. É uma mudança de compreensão e de paradigma, onde a atenção é voltada para o ser humano e não para o crescimento econômico (IPEA, 2013).

Neste contexto, Sachs delimita com a concepção de que o desenvolvimento é distinto do crescimento econômico:

> Na medida em que os objetivos do desenvolvimento vão além da mera multiplicação da riqueza material, o crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos o objetivo em si), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos (SACHS, 2008, p. 13).

Esse entendimento reforça a tese de que, por si só, o crescimento econômico pode não ser suficiente — a maneira como a riqueza é gerada e distribuída tem um papel igualmente considerável na construção de sociedades mais desenvolvidas e justas. Em suma, para Sachs, o caminho para o desenvolvimento e socialmente homogeneizador, promove a distribuição e a inclusão (EAKIN, 2013). O autor supracitado também inclui outras dimensões no conceito de desenvolvimento:

> Direitos políticos, civis e cívicos; Direitos econômicos, sociais e culturais, entre eles o direito ao trabalho digno, criticamente importante, por motivos intrínsecos e instrumentais; Direitos coletivos ao meio ambiente e ao desenvolvimento; Igualdade, equidade e solidariedade estão por assim dizer, embutidas no conceito de desenvolvimento, com consequências de longo alcance para que o pensamento econômico sobre o desenvolvimento se diferencie do economicismo redutor (SACHS, 2008, p. 14).

Dessa forma, Sachs entende o desenvolvimento além de números e de análises quantitativas, onde as possibilidades de desenvolvimento não se reduzem a benesses direcionadas a pequenos grupos de privilegiados. Para ele, os moldes estabelecidos do crescimento são excludentes e concentradores, o oposto do que se espera de um modelo de desenvolvimento que busque reduzir/eliminar as desigualdades sociais. No entendimento dele, questões como acesso à saúde, educação, a vida digna, e liberdades políticas são centrais em um conceito de desenvolvimento que almeja ser sustentável (CASSEN, MISSEMER, 2020).

Conforme o autor, a essência do desenvolvimento, carece ser voltada para as pessoas que vivem em situações precárias e com isso diminuir as diferenças gritantes entre as classes sociais, que são intensificadas a cada crise.

Celso Furtado, principalmente ao final dos anos 1970, mobilizou esforços para responder ou contestar as fracassadas respostas dadas pela teoria do desenvolvimento vigente às razões das desigualdades no mundo (CUNHA, BRITO, 2018). Também é interessante evidenciar que o pensamento crítico do autor nessa década contribuiu com as análises sobre os processos econômicos e políticos do desenvolvimento, desde um olhar das periferias e que culminou com a ressignificação do desenvolvimento (LOUREIRO; RUGITSKY; SAAD-FILHO, 2021).

Celso Furtado de fato trabalhou com uma perspectiva mais ampla de desenvolvimento e em suas análises também fez questão de diferenciar o crescimento econômico de desenvolvimento.

> O crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento (FURTADO, 2004, p. 484).

Furtado evidencia que, para que o desenvolvimento aconteça é necessário eliminar os privilégios das elites que obstruem o desenvolvimento e considera ainda que o desenvolvimento ocorre num projeto maior, o qual possibilite a população o acesso e meios para estimular esse processo. Essa metamorfose citada pelo autor só ocorre quando o projeto social está vinculado com o aumento de melhores condições de vida da população.

> O desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação e de aumento de produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade (FURTADO, 2004, p. 485).

Na compreensão de Furtado, fica explícito que o desenvolvimento deve considerar outros objetivos além do crescimento econômico. O autor se aproxima de uma visão mais equitativa e coletiva.

Outra perspectiva analisada sobre o desenvolvimento advém de Amartya Sen. Para ele, o desenvolvimento deve ir além da acumulação da riqueza evidenciada nos indicadores de renda. Para ele é de suma importância considerar outros elementos, como o desenvolvimento social e o cultural. Em primeiro plano, "o desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos" (SEN, 2010, p. 29) e deve estar vinculado à possibilidade de as pessoas fazerem suas próprias escolhas: O desenvolvimento como Liberdade.

A categoria de desenvolvimento humano é central para Sen, e ele faz questão de evidenciar essa centralidade ao refutar o protagonismo das dimensões frequentemente utilizadas para explicar o desenvolvimento, industrialização, tecnologização, e aumento no Produto Interno Bruto- PIB, entre outros. Nos reforça essa percepção a assertiva de Siqueira e Wolowski (2023, p. 227) quando afirmam que um dos pontos centrais do entendimento de Sen sobre o desenvolvimento está em perceber que "só é possível avaliar se uma sociedade é desenvolvida ao se observar o progresso em relação ao aumento das liberdades das pessoas".

Para Sen, (2010) o desenvolvimento só ocorre quando se ampliam as capacidades humanas, e dentre estas capacidades faz referência a ter uma vida saudável e longeva, ter acesso à educação, ter a possibilidade de ter meios dignos de vida e possibilidades de ser livre para fazer as escolhas que impactem diretamente a sua vida. Neste sentido, para Amartya Sen a liberdade tem um valor fundamental e pode ser concebida como o fim e o meio do desenvolvimento e em termos práticos isso implica em eliminar o que impede as pessoas de fazerem suas escolhas.

Sen, por meio de seus esforços teóricos direcionados para o bem-estar e desenvolvimento, juntamente com o economista paquistanês Mahbub ul Haq propuseram em 1990 o Índice de Desenvolvimento Humano-IDH, o qual vem sendo utilizado em larga escala, tanto no Brasil como no mundo todo, para direcionar esforços e ações voltadas para a promoção de Desenvolvimento. Um dos grandes utilizadores e responsável pelo cálculo do IDH é o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) o qual anualmente publica relatórios com esse indicador.

Os três autores apresentados neste item, apesar de apresentarem divergências em suas teorizações, convergem nas análises sobre desenvolvimento e na negação da centralidade atribuída ao indicador econômico. Nessa negação tiveram a ousadia de apresentar outros aspectos para se avaliar e

promover o desenvolvimento, tais como a justiça social, a cultura, a equidade, a liberdade e os direitos dos povos.

Após essa breve síntese sobre algumas perspectivas contra-hegemônicas de desenvolvimento abordaremos como a pandemia da COVID-19 impactou ou e até como impactará no desenvolvimento, haja vista que trata-se de uma crise humanitária que afeta todas as dimensões da vida. Nosso entendimento é que todos os componentes do IDH foram e serão impactados e que por mais que essa tragédia tenha atingido (direta ou indiretamente) boa parte das pessoas do mundo as pessoas, a intensidade desses impactos e os seus desdobramentos foram distintos e avaliados como mais severos nos aglomerados populacionais mais vulneráveis, apontando novamente para um sistema profundamente desigual.

ORIGEM E DADOS SOBRE A COVID-19

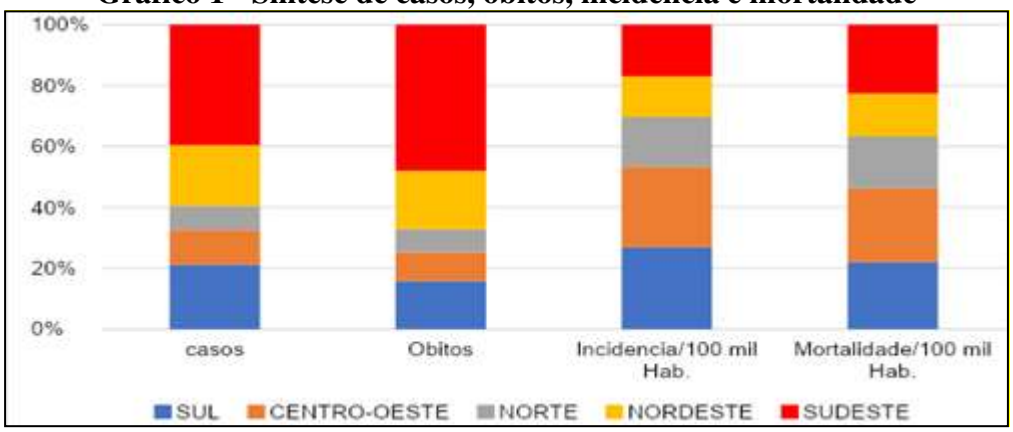
A Organização Mundial de Saúde (OMS) recebeu, no final do ano de 2019, um alerta sobre inúmeros casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de um novo tipo de vírus que ainda não tinha sido identificado na espécie humana. Conforme a OMS, a COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves (OPAS, OMS, 2020).

Logo a seguir, em janeiro de 2020, com a emergência a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e com isso, buscou-se aprimorar a solidariedade global para impedir a proliferação viral. Em março de 2020 a COVID-19 foi qualificada pela OMS como uma pandemia, ou seja, vários países e regiões do mundo já estavam em surto. Com isso a OMS buscou, conforme Senhoras (2020b, p. 30-31) “engendrar diplomaticamente uma ação coordenada de impedimento ao fenômeno espontâneo e paradiplomática de propagação do vírus, bem como o combate à doença pelos Estados Nacionais”. De lá para cá, a situação foi se agravando de várias formas, impactando tanto em questões de saúde como de economia.

No Brasil, desde o primeiro caso registrado no dia 26 de fevereiro de 2020, foram registrados mais de 37,5 milhões de casos da COVID-19 e até julho de 2023 o número de mortes ultrapassa 700 mil. (BRASIL, 2023).

No gráfico 1 apresentamos uma síntese de casos, óbitos, incidência e mortalidade nas regiões brasileiras.

Gráfico 1 - Síntese de casos, óbitos, incidência e mortalidade



Fonte: Brasil (2023).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), através de seu relatório, aponta que a pandemia da COVID-19 é uma crise de saúde global e o maior desafio que se enfrenta desde a Segunda Guerra Mundial. Contudo, a COVID-19 vai muito além de uma crise de saúde. Nos países onde se instala, tem a capacidade de criar crises sociais, econômicas e políticas assoladoras que deixarão cicatrizes profundas.

> O impacto combinado desses choques poderá significar a maior reversão no desenvolvimento humano já registrada. A queda no desenvolvimento humano é esperada para ser muito maior nos países em desenvolvimento, que são menos capazes de lidar com as consequências sociais e econômicas da pandemia do que nas nações mais ricas. A pandemia da COVID-19 está desencadeando uma crise de desenvolvimento humano. Em algumas dimensões do desenvolvimento humano, as condições atuais são equivalentes aos níveis de privações vistos pela última vez em meados da década de 1980 (PNUD/BRASIL, 2020. p. 2).

Neste cenário, por mais que os números de casos e mortes já divulgados seja assustador, ainda não é possível prever quais as dimensões que tomarão os impactos ocasionados pela pandemia, no entanto os especialistas em saúde apontam que as implicações não serão somente na área de saúde e epidemiologistas, mas também sociais, e econômicos. (IPEA, 2021).

De acordo com as observações de Senhoras:

> Os impactos do novo coronavírus, claramente, possuem repercussões econômicas assimétricas, tanto, de natureza transescalar, quanto, de natureza intertemporal, gerando assim efeitos de transmissão que ressoam no espaço e no tempo de modo distinto conforme o grau de sensibilidade e vulnerabilidade macroeconômica dos países e microeconômica das cadeias globais de produção e consumo (SENHORAS, 2020a, p. 39).

Nesse sentido entendemos que os impactos gerados pela pandemia da COVID-19 têm múltiplas e marcantes abrangências, pois além de ser um desafio em termos de saúde pública, tem implicações

sobrepostas nos âmbitos econômico, social, político e ambiental, por isso entendemos que essa recessão afeta fortemente todos os indicadores que constituem o desenvolvimento. Apesar dos efeitos negativos abrangerem todos os países, o PNUD considera que a queda nos índices será maior nos países em desenvolvimento, pois são menos capazes de lidar com as consequências socioeconômicas geradas pela pandemia (PNUD, 2020).

REFLEXOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NOS INDICADORES DO IDH

Neste subitem serão apresentados alguns dos impactos que a pandemia da COVID-19 causou e poderá ainda causar à população, e como eles estão se refletindo nos componentes do IDH.

Neste ínterim, apresentamos brevemente alguns aspectos do IDH, que já vislumbram a mudança de percepção sobre o desenvolvimento apresentado no item acima. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Dessa forma, o IDH é composto por três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde.

Dessa forma, o indicador de renda mede a renda da população do país por meio Renda Nacional Bruta (RNB), definida em dólares e expressa pela paridade do poder de compra (PPP), levando em consideração a moeda de cada país (OLIVEIRA, 2003).

O indicador de educação é medido pela combinação ponderada da taxa de alfabetização de adultos e da taxa combinada de matrículas nos três níveis de ensino. As estatísticas das variáveis que compõem esse indicador advêm da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura -UNESCO (OLIVEIRA, 2003).

Já o indicador saúde, está relacionado à esperança de vida ao nascer. Além de mensurar a longevidade esperada, é considerado o melhor indicador da saúde de uma nação. “Esse indicativo informa o número de anos que uma criança recém-nascida viveria caso os padrões de mortalidade se mantivessem constantes ao longo de sua vida” (OLIVEIRA, 2003, p. 2).

Contudo, ainda que o Índice de Desenvolvimento Humano amplie as concepções e perspectivas de desenvolvimento, ele não chega a englobar todos os aspectos de desenvolvimento que poderiam ser levados em consideração, como por exemplo felicidade, bem-estar dentre outros.

Desta forma, entende-se que o IDH mede grandezas que vão além da econômica, pois considera informações referentes à educação e saúde, e por meio dele é possível delimitar que em um determinado país, ou em uma determinada região, as pessoas vivem mais e melhor, bem como indicar que em outra localidade as pessoas têm mais acesso a educação e que por consequência podem fazer melhores

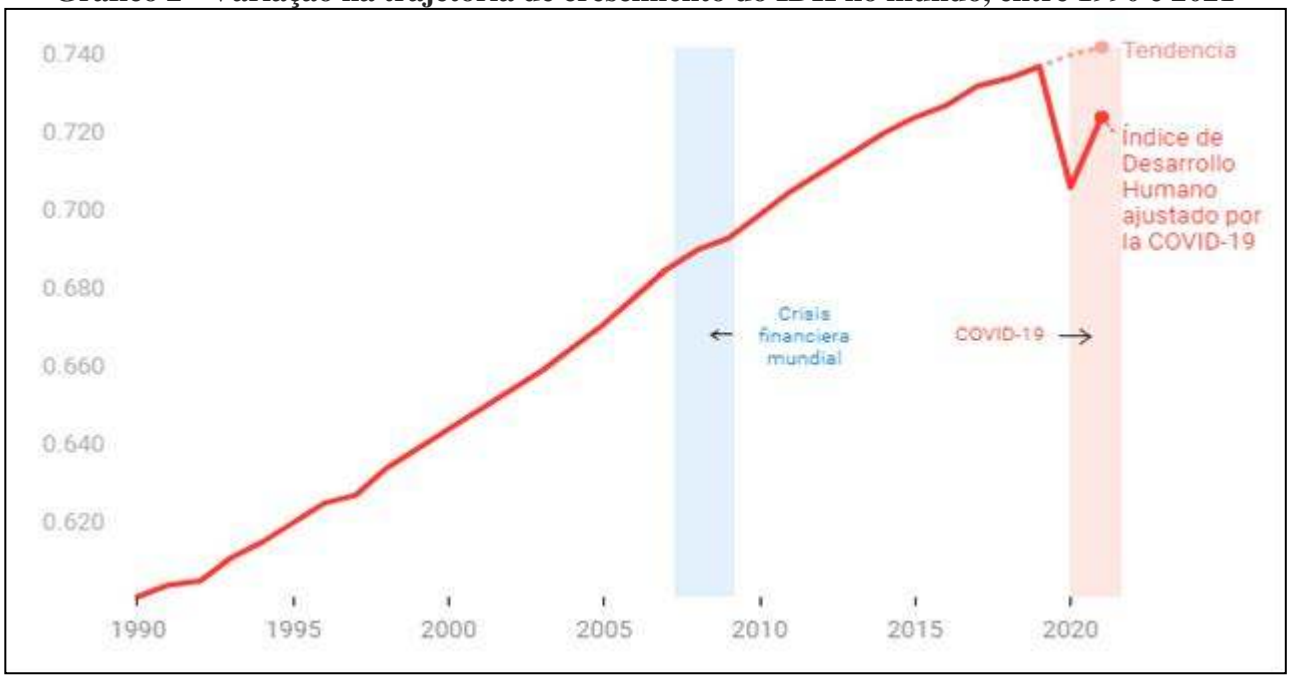
escolhas. Essa interpretação está fundada em uma crença de que o que se busca é a ampliação das possibilidades de uma vida mais livre e com melhores condições sociais e econômicas.

A chegada da pandemia explicitou ainda mais a tragédia da desigualdade e da exclusão. A COVID-19 é um problema novo, mas a desigualdade social é um problema muito antigo.

> A crise está afetando duramente todos os elementos constitutivos do desenvolvimento humano: renda (com a maior contração na atividade econômica desde a Grande Depressão), saúde (causando diretamente um número de mortes superior a 300.000 e levando indiretamente a um potencial adicional de 6.000 mortes infantis todos os dias por causas evitáveis durante os próximos 6 meses) e educação (as taxas efetivas de crianças fora da escola causadas pela incapacidade de acesso à Internet no ensino primário deverão cair para os mesmos níveis das taxas reais médias da década de 1980 (PNUD,BRASIL, 2020. p 2).

De acordo com o PNUD (2022) em 90 % dos países houve declínio do IDH entre 2020 e 2021 e em mais de 40% dos países os indicadores continuaram caindo em 2022. Pela primeira vez em 32 anos, foi constatado esse movimento de queda. De acordo com essa publicação, os indicadores de Desenvolvimento Humano regrediram ao padrão de 2016. “Embora alguns países estejam começando a se levantar, a recuperação é desigual e parcial, ampliando ainda mais as desigualdades no desenvolvimento humano. A América Latina, o Caribe, a África Subsaariana e o sul da Ásia, em particular, foram duramente atingidos.” (PNUD, 2022).

Gráfico 2 - Variação na trajetória de crescimento do IDH no mundo, entre 1990 e 2021



Fonte: PNUD (2022).

Esse gráfico visualmente nos demonstra que entre 2019 e 2020 houve uma queda acentuada do IDH, passando de 0,737 (tendência para 2019) para 0,706 em 2020. Em alguns países como mencionado anteriormente, já a partir de 2021 foi constatada uma retomada no crescimento do indicador o que fez com que tal melhoria fosse extrapolada para o indicador mundial, que saiu de 0,706 (2020) para 0,724 em 2021. Contudo, cabe salientarmos que a expectativa calculada pelo PNUD para 2021 era de 0,472.

No indicador que reflete a educação, os pressupostos do PNUD apontaram que 86% das crianças no ensino fundamental estavam efetivamente fora da escola em países com baixo desenvolvimento humano, em comparação com apenas 20% nos países com desenvolvimento humano elevado. O acesso é desigual e afeta principalmente os grupos mais vulneráveis, causando uma disparidade entre aqueles que têm a possibilidade de prosseguir no processo de aprendizagem e outros que não possuem nem mesmo um celular e o acesso à internet em suas casas.

De acordo com o Boletim de Políticas Sociais do IPEA (2021):

> As circunstâncias geradas pela pandemia, no ambiente escolar, colocaram em relevo as aguçadas desigualdades que representam a marca da sociedade brasileira, ao revelar as diferenças entre gerações de professores para a utilização de tecnologias da informação e comunicação (TICs) e, muito especialmente, entre alunos que, não raro, residem em ambiente mal adaptados às atividades escolares, sem a disponibilidade de equipamentos de telefonia móvel, computacionais ou mesmo de internet via banda larga para ter acesso a esse universo que passou a ser simbionte com o sistema escolar (IPEA, 2021, p. 173-174).

Conforme a UNESCO (2020), 48,6% dos países foram afetados pelo fechamento de escolas, impactando diretamente 52% da população de estudantes do mundo. Em números absolutos 850 milhões de estudantes foram afetados por essa indesejada condição.

Do mesmo modo, a dimensão que mede a expectativa de vida ao nascer aponta que os índices de mortalidade infantil também tiveram um acréscimo no número de mortes. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) divulgou um relatório que indica que aproximadamente 6 mil crianças podem morrer diariamente de causas evitáveis, nos próximos seis meses, em razão do enfraquecimento dos sistemas de saúde pelo mundo, causado pela pandemia do novo coronavírus (SMITH, 2020).

De acordo com o relatório, os dez países que podem alcançar os maiores números de mortes infantis são Bangladesh, Brasil, República Democrática do Congo, Etiópia, Índia, Indonésia, Nigéria, Paquistão, Uganda e Tanzânia.

Conforme a demógrafa Marcia de Castro em uma entrevista dada a BBC News Brasil, o brasileiro perdeu quase dois anos de expectativa de vida em 2020 por causa da pandemia de COVID-19. “Em média, bebês nascidos no Brasil em 2020 viverão 1,94 ano a menos do que se esperaria sem o

quadro sanitário atual no país. Ou seja, 74,8 anos em vez dos 76,7 anos de vida anteriormente projetados".

Castro afirma ainda que a expectativa de vida funciona como um termômetro social que demonstra como está a projeção em aumentar a longevidade da população, através de medidas de saúde pública, saneamento, e demonstram como determinados eventos, como nesse caso a pandemia, reduz esse indicador em função de um padrão de mortalidade maior do que o esperado.

Contudo, o relatório do IPEA 2021 aponta que a maior letalidade foi registrada nos grupos populacionais de maior idade e afeta diretamente o tempo vivido pelos brasileiros e diminui o crescimento da população idosa no curto e médio prazo. Conforme o relatório do IPEA, o aumento das taxas de mortalidade da população já está provocando um impacto tanto na expectativa de vida ao nascer como na das demais idades (IPEA, 2021, p. 520). Além disso, o relatório chama atenção ao fato que essa mortalidade deva impactar também na economia, haja vista a importância da renda dos idosos numa considerável parcela das famílias brasileiras.

Em relação à componente renda, as estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) indicam que no ano de 2020 o PIB teve uma queda de 4,1%, totalizando R$7,4 trilhões. É o maior recuo anual da série iniciada em 1996. Essa queda interrompeu o crescimento de três anos seguidos, de 2017 a 2019, quando o PIB acumulou alta de 4,6%. O PIB per capita alcançou R$35.172 no ano passado, recuo recorde de 4,8%. Analisando o PIB por setores, em 2020, os serviços encolheram 4,5% e a indústria, 3,5%, os quais somados, representam 95% da economia nacional. Por outro lado, o PIB agropecuário cresceu 2,0% entre 2019 e 2020.

O Ministério da Economia apresentou em setembro de 2020 uma listagem com os setores mais afetados pela pandemia do novo coronavírus a saber: 1 - Atividades artísticas, criativas e de espetáculos; 2 -Transporte aéreo; 3 - Transporte ferroviário e metroferroviário de passageiros; 4 - Transporte interestadual e intermunicipal de passageiros; 5 - Transporte público urbano;6 - Serviços de alojamento;7 - Serviços de alimentação; 8 - Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias; 9 - Fabricação de calçados e de artefatos de couro; 10 - Comércio de veículos, peças e motocicletas (BRASIL, 2020).

Segundo o IBGE (2021), os estados brasileiros tiveram taxas médias de desemprego recorde em 2020. O índice de pessoas desocupadas passou de 11,9% em 2019 para 13,5% em 2020. Entre os grupos etários, os jovens foram os mais afetados pelo desemprego.

Conforme documentos da Organização Pan Americana em Saúde Pública e da OMS, a pandemia afetou diferentes grupos de pessoas:

> La pandemia de COVID-19 afecta de distintas maneras a los diferentes grupos de hombres y mujeres. Los riesgos y las consecuencias recaen de forma desproporcionada en ciertos grupos de la población, especialmente los que se encuentran en una situación de vulnerabilidad y los que sufren discriminación (OPAS/OMS, 2020, p. 1).

Apesar da adoção de medidas governamentais para diminuir os impactos negativos da pandemia sobre a economia, como por exemplo o auxílio emergencial, que se caracterizou como um benefício financeiro destinado a trabalhadores(as) informais, Microempreendedores Individuais (MEI), autônomos(as) e desempregados(as) (BRASIL, 2020) constatamos que isso não foi suficiente num país extremamente desigual como o Brasil.

Os dados apresentados pelo IBGE em julho de 2020, apontam que durante a primeira onda do coronavírus, mais de 30% dos 211,8 milhões de residentes nos 5.570 municípios brasileiros, foram socorridos na etapa inicial do auxílio emergencial de R$ 600, e cerca de 57 milhões na segunda rodada, a partir de setembro, quando o auxílio foi reduzido para R$ 300. Esses dados refletem as condições de pobreza nas quais vivem inúmeras famílias brasileiras.

Contudo, convém ressaltar que a desigualdade no Brasil não adveio da pandemia. O que ocorre é que a pandemia explicitou a tragédia de um país desigual e excludente. Neste contexto, o Brasil se enquadra entre os dez países mais desiguais do mundo, sendo o único latino-americano na lista onde figuram os africanos. De todo modo, a pandemia da COVID-19 não atinge a todos da mesma maneira, ela impacta de forma distinta os diferentes contextos socioeconômicos do país. De acordo com o Centro de Políticas Sociais da FGV, a renda mensal dos 10% mais pobres.

> despencou menos da metade no início do isolamento social (R$114 em novembro de 2019 a R$52 em março de 2020). Deste mínimo atingido em março de 2020, a renda do grupo foi mais do que quadruplicada até seu pico histórico em agosto do mesmo ano (R$ 215), na fase mais generosa do Auxílio Emergencial (AE), quando superou o dobro de igual mês do ano anterior. Daquele valor de pico, desabou a pouco mais de um quarto com a suspensão do programa em janeiro de 2021 (R$55) (NERI, HECKSHER, 2022, p. 07).

Observando os apontamentos sobre os impactos da COVID-19 em níveis estruturais, tanto em âmbito local quanto global, é possível acreditar que as análises apresentadas no decorrer deste texto, são deveras assertivas, pois somente por meio de olhares mais amplos, que não se resignam a considerar somente aspectos econômicos, é que se consegue fazer uma análise completa sobre impactos no desenvolvimento, pois em este expediente as distintas dimensões se imbricam e se sobrepõem. Ou seja, não se faz possível analisar o Desenvolvimento sem um olhar para a economia, para a educação, para a saúde, além de outros fatores que possam ser incorporados, ao se apresentarem interconectados.

LIBERDADES PRIVADAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Para relacionar as consequências da pandemia da COVID-19 no desenvolvimento e consequentemente nas liberdades das pessoas precisamos novamente trazer à luz o teórico Amartya Sen.

Para Sen no mundo inteiro, muitas pessoas passam por privações de liberdade.

> Fomes coletivas continuam a ocorrer em determinadas regiões, negando a milhões a liberdade básica de sobreviver. Mesmo nos países que já não são esporadicamente devastados por fomes coletivas, a subnutrição pode afetar numerosos seres humanos vulneráveis. Além disso, muitas pessoas têm pouco acesso a serviços de saúde, saneamento básico ou água tratada, e passam a vida lutando contra uma morbidez desnecessária, com frequência sucumbindo à morte prematura. Nos países mais ricos é demasiado comum haver pessoas imensamente desfavorecidas, carentes das oportunidades básicas de acesso a serviços de saúde, educação funcional, emprego remunerado ou segurança econômica e social. Mesmo em países muito ricos, às vezes a longevidade de grupos substanciais não é mais elevada do que em muitas economias mais pobres do chamado Terceiro Mundo (SEN, 2010, p. 21).

Observando o cenário atual, podemos afirmar que existem inúmeras origens para a privação da liberdade das pessoas. Dentre elas podemos referenciar a subnutrição, a fome, analfabetismo, a precária escolarização, desemprego, doenças, inúmeras vulnerabilidades sociais e econômicas, as quais impossibilitam as pessoas de realizarem suas escolhas em plenitude.

Durante a pandemia essas privações se acentuaram e a população teve em seu cotidiano muitas liberdades privadas. O déficit na escolarização ocorrido nesse período, projeta um impacto considerável no futuro dessas pessoas e do país, pois mesmo com as iniciativas governamentais de ensino remoto com aulas online, tal estratégia não foi plenamente acessível para todos, pois uma parcela significativa de alunos não teve acesso às ferramentas (computador, caixa de som, microfone, mobiliário) e nem mesmo acesso à internet. Dados do IBGE (2019) revelam que no último trimestre de 2019 um total de 4,3 milhões de estudantes não tinham acesso à internet, porém, o curioso desse dado é que destes, 95,9% são estudantes de escolas públicas.

Dos estudantes das escolas particulares, 98,4% informaram ter acesso a internet e para as escolas públicas esse percentual é de 83,7%. Dos que não tinham acesso à internet, 26,1% afirmaram não o fazer pelo fato de que o acesso é caro e 19,3% pelo fato de o equipamento eletrônico para utilizar (celular, computador, televisão ou tablet) a rede tem um curso muito elevado (IBGE, 2021).

Dados da UNICEF (2021) apontam que com as escolas fechadas, quem já estava excluído ficou ainda mais distante da possibilidade de estudar. Mesmo dentre os matriculados, um considerável grupo ficou refém de menos acesso a condições que lhes proporcionasse se manter aprendendo em casa. Essas dificuldades de acesso a condições, em sua maioria são decorrentes das fragilidades econômicas, ou

seja, da pobreza agravada, a qual em alguns casos além de inviabilizar o acesso à internet não proporciona um ambiente adequado para que os estudantes tivessem o seu direito à educação garantido.

Senhoras foi assertivo ao concluir que:

> Em todas as fases do ciclo pandêmico, a pandemia afetou de modo distinto professores e estudantes de diferentes níveis e faixas etárias, e por conseguinte muitas das assimetrias educacionais pré-existentes tenderam a se acentuar conforme as especificidades em função, tanto, da falta de trilhas de aprendizagem alternativas à distância, quanto, das lacunas de acessibilidade de professores e alunos a Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para promoção do Ensino a Distância (EAD) (SENHORAS, 2020c, p. 131).

Tanto os alunos como os professores também sofreram com a falta de acesso e capacitação para operarem as tecnologias de informação. Neste contexto desafiador, os professores tiveram que reformular suas práticas profissionais para atender as exigências do ensino e da aprendizagem dos alunos frente às demandas impostas pela pandemia.

De acordo com a UNICEF:

> Esta geração de estudantes agora corre o risco de perder, em valor presente, US$ 17 trilhões em ganhos durante a vida, ou cerca de 14% do PIB global de hoje, como resultado do fechamento de escolas por causa da pandemia de COVID-19, de acordo com um novo relatório publicado nesta segunda-feira pelo Banco Mundial, Unesco e UNICEF. A nova projeção revela que o impacto é mais severo do que se pensava anteriormente e excede em muito as estimativas de US$10 trilhões divulgadas em 2020 (UNICEF, 2021, p. 1).

Tal apontamento reforça o entendimento de que inúmeras privações estão conectadas, por exemplo a baixa escolaridade vai impactar no mercado de trabalho, no PIB, na saúde e por sua vez, uma queda no PIB impactará na saúde e na escolaridade, segurança, dentre outros.

Para Sen (2010), às privações implicam nas capacidades das pessoas de escolher como querem viver e a eliminação de privações de liberdades substanciais é indispensável para a promoção do desenvolvimento. Nesse sentido, sem infere que o desenvolvimento é um processo de expansão das liberdades substantivas. Portanto, a ampliação das liberdades é apontada como meio e fim para oportunizar o desenvolvimento de uma sociedade, permitindo melhores condições de vida e ampliação de suas liberdades. A partir do momento que as liberdades forem ampliadas teremos o desenvolvimento.

Uma marca deixada pela pandemia foi a retirada de nossas liberdades, além da impossibilidade de ir e vir, passear, encontrar os amigos, nos privamos da educação, com o fechamento das escolas, da saúde pois além de não ter o tratamento ideal o sistema praticamente colapsou, do trabalho pois postos de trabalho fecharam, deixando muitas pessoas à mercê das necessidades mais básicas. Com tantas mortes, as graves consequências da doença, desemprego ou subemprego, famílias inteiras arrasadas pelo

lastro da pandemia, podemos inferir que o desenvolvimento foi comprometido ou tivemos um não desenvolvimento.

Marks e Toye (2020) apontam que a pandemia da COVID-19 manifestou as fragilidades dos sistemas sociais e econômicos, alguns mais impactantes outros menos, mas apontam que os esforços devem ser coletivos para encontrar um caminho a seguir que tenha como meta um futuro sustentável com bases equitativas e inclusivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pandemia em curso ou ao final dela, é um tanto complexo indicar de fato todos os impactos que ocorreram no IDH e no desenvolvimento dos países. ou que ainda podem ocorrer. Contudo, é possível concluir que a economia global foi impactada negativamente pela pandemia e que o impacto negativo também se estendeu aos indicadores de desenvolvimento, como por exemplo, no IDH, principalmente no componente que mede a expectativa de vida.

Não podemos afirmar que foi somente a pandemia ocasionada pelo coronavírus que gerou a recessão mundial, porém podemos salientar que ela escancarou históricas desigualdades sociais e econômicas vivenciadas na maioria dos países. A recuperação mundial está sendo e será lenta, pois desencadeou-se um ciclo propagativo de fragilidades sociais, em decorrência da acentuada perda de emprego e de renda que a população vivenciou. A pandemia impactou a todas as classes sociais, porém os mais vulneráveis sofreram com maior intensidade os seus efeitos aumentando ainda mais o fosso que separa ricos e pobres.

Se nesse período pós pandêmico a humanidade mantiver o olhar unicamente voltado para o crescimento econômico como principal fator de desenvolvimento, poderemos concluir que nós realmente não aprendemos com esse período de provação. Sobre a necessidade contemplamos o desenvolvimento não unicamente pelo prisma econômico, Celso Furtado, Ignacy Sachs e Amartya Sen nos oferecem exemplos e propostas, as quais apontam para a necessidade de se priorizar ações que assegurem à população bens essenciais, como a saúde, a educação, a garantia de trabalho e renda e as possibilidades de escolhas pessoais.

Ainda há muito o que se fazer caso o objetivo do desenvolvimento seja assegurar as liberdades, capacidades e melhorar as condições de vida para a população no presente e no futuro e a pandemia logrou êxito em reforçar essa necessidade, condicionando nosso olhar pela ótica dos direitos humanos, levando-nos a discutir e implementar ações e políticas públicas voltadas para a promoção de um futuro melhor para todos e todas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. “Acompanhar o Auxílio Emergencial”. **GOV.BR** [2021]. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 20/05/2023.

BRASIL. **Ministério da Economia divulga lista dos setores mais afetados pela pandemia da COVID-19 no Brasil**. Brasília: Ministério da Economia, 2020. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 20/05/2023.

BRASIL. **Painel Coronavírus**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <www.saude.gov.br>. Acesso em: 25/08/2023.

CASSEN, C.; MISSEMER, A. “La structuration de l’économie de l’environnement et du développement en France: Le cas du CIRED (1968-1986)”. **Economia**, vol. 10 n. 1, 2020.

CUNHA, A. M.; BRITTO G. “When development meets culture: the contribution of Celso Furtado in the 1970s”. **Cambridge Journal of Economics**, vol. 42, n. 2, 2018.

EAKIN, M. “The emergence of Brazil on the world stage”. **Latin American Research Review**, vol. 48, n. 3, 2013.

FURTADO, C. “Os desafios da nova geração” **Revista de Economia Política**, vol. 24, n. 4, 2004.

GREGOLIN, G. *et al*. “Desenvolvimento: do unicamente econômico ao sustentável multidimensional”. **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, vol. 12, n. 3, 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Em 2021 o rendimento domiciliar cai ao menor nível desde 2012”. **IBGE** [2021]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13/08/2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Internet chega a 88,1% dos estudantes, mas 4,1 milhões da rede pública não tinham acesso em 2019”. **IBGE** [2019]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13/08/2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “PIB cresce 3,2% no 4º tri, mas fecha 2020 com queda de 4,1%, a maior em 25 anos”. **IBGE** [2021]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13/08/2023.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 13/08/2023.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, 2021. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 13/08/2023.

LOUREIRO, P.; RUGITSKY, F.; AAD-FILHO, A. “Celso Furtado and the Myth of Economic Development: Rethinking Development from Exile”. **Review of Political Economy**, vol. 33, n. 1, 2021.

MARANHÃO, R. A.; SENHORAS, E. M. “Pacote econômico governamental e o papel do BNDES na guerra contra o novo coronavírus”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 2, n. 4, 2020.

MARKS, R.; TOYE, M. “Community Economic Development – A Viable Solution for COVID Recovery”. **Canadian Journal of Nonprofit and Social Economy Research**, vol. 11, n. 2, 2020.

NERI, M. C.; HECKSHER, M. **A Montanha-Russa da Pobreza**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2022.

OLIVEIRA, J. C. "Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil em Relação aos dos Países Latino-caribenhos". **Portal Eletrônico da UFRGS** [2003]. Disponível em: <www.ufrgs.br>. Acesso: 24/07/2023.

OPAS - Organização Panamericana de Saúde. "Histórico da pandemia de COVID-19". **OPAS** [2020]. Disponível em: <www.paho.org> Acesso em: 15/07/2023.

OPAS - Organização Panamericana de Saúde. "Promoción de la equidad en la salud, la igualdad étnica y de género, y los derechos humanos en la respuesta a la COVID-19: consideraciones clave". **OPAS** [2020]. Disponível em: <www.paho.org> Acesso em: 15/07/2023.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. "Apoio à preparação, resposta e recuperação brasileira ao impacto da COVID-19". **PNUD** [2020]. Disponível em: <www.undp.org> Acesso em: 15/07/2023.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. "Las nuevas amenazas para la seguridad humana en el Antropoceno exigen una mayor solidaridad panorama general". **PNUD** [2022]. Disponível em: <www.undp.org> Acesso em: 15/07/2023.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2008.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2010.

SENHORAS, E. M. "Coronavírus e educação: análise dos impactos assimétricos". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 2, n. 5, 2020c.

SENHORAS, E. M. "Coronavírus e o papel das pandemias na história humana". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 1, n. 1, 2020a.

SENHORAS, E. M. "Novo coronavírus e seus impactos econômicos no mundo". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 1, n. 2, 2020b.

SIQUEIRA, D. P.; WOLOWSKI, M. R. O. "Cooperativas de reciclagem como instrumento de efetivação de direitos da personalidade: uma breve perspectiva brasileira e mundial". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 15, n. 44, 2023.

SMITH, K. "Unicef: Impacto da COVID-19 pode matar 6 mil crianças por dia em 6 meses". **CNNBrasil** [2020]. Disponível em:<www.cnnbrasil.com.br>. Acesso em: 09/09/2023.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. "Coalizão Global de Educação". **UNESCO** [2020]. Disponível em:<www.unesco.org>. Acesso em: 14/08/2023.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. "Cenário da Exclusão Escolar no Brasil um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação". **Unicef** [2021]. Disponível em: <www.unicef.org>. Acesso em: 12/09/2023.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano V | Volume 15 | Nº 45| Boa Vista |2023

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima